

Não Sou Um Número

REJEIÇÃO DO PL 83/2007 FAZ BEM AO RS

Estudo 2007-2
Rodrigo Veleda

Numa medida para “combater” o uso indevido de cartões de crédito e débito no estado do Rio Grande do Sul, o deputado Carlos Gomes (PPS) protocola o Projeto de Lei 83/2007, que obriga os usuários de cartões de crédito e débito no estado a apresentarem documento de identidade quando da efetivação de transações com plásticos em geral. Tal medida, além de ilegal, é totalmente inútil no combate ao uso criminoso de cartões.

Índice

O PROJETO DE LEI	2
ANÁLISE PRÉVIA TEXTUAL DO PROJETO .2	
REFUTAÇÃO DO PROJETO DE LEI.....3	
Anotação de Número de Documento de Identificação não Diminui Incidência de Problemas com Cheques	3
Linguagem Incoerente e Cheia de <i>Loopholes</i>	4
Medida Semelhante Foi Rejeitada na Câmara dos Deputados	7
O Sr. Gomes Não Deve Ter Lido o Contrato de sua <i>Tarjeta</i>	8
MEDIDAS REAIS PARA DIMINUIÇÃO DE EVENTOS ILÍCITOS	13
Impressão de Foto e Assinatura digitalizadas do Portador.....	13
Utilização de Cartões com Chip.....	14
Redes Neurais	14
OUTROS ESTUDOS DO BLOG	15
DESCRIÇÃO DO BLOG	15

RESUMO DO ESTUDO

1. A comparação com cheques demonstra que o PL simplesmente não enxerga a realidade do aumento no número de cheques devolvidos após a exigência de um número de documento de identidade no mesmo;
2. O PL tem uma linguagem confusa que dá margens a interpretações dúbias que podem custar anualmente mais R\$ 700 milhões aos usuários de cartões de crédito e débito;
3. O autor desconhece o fato que matéria idêntica foi fragorosamente rejeitada na Câmara dos Deputados em 2005, o que nos deixa a questão da competência estadual na matéria em aberto e
4. Existem maneiras mais inteligentes para a prevenção de fraudes com cartões de crédito e débito.

O PROJETO DE LEI

No dia 13 de março de 2007, o deputado estadual Carlos Gomes protocolou o seguinte projeto de lei, que seria mais tarde numerado em 83. Tal proposição “[d]ispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartões de crédito e débito, e dá outras providências.” Segue abaixo a íntegra do PL:

Art. 1º Tornam-se obrigatórias, no Estado do Rio Grande do Sul, a apresentação de documento de identidade para o pagamento de qualquer despesa a ser efetuada com a utilização de cartões de crédito ou débito, bem como assinatura de seu titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento quando da realização das referidas despesas.

§ 1º À falta do documento de identidade, poderá ser apresentado documento oficial similar com foto.

§ 2º Na via de pagamento destinada ao estabelecimento deve ser anotado o respectivo número do documento oficial apresentado pelo titular do cartão de crédito ou débito.

Art. 2º Como medida de segurança e proteção patrimonial nas relações de consumo e visando a evitar possíveis fraudes ou o cometimento de qualquer outro tipo penal pertinente, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartões de crédito ou débito deverão exigir, obrigatoriamente, a apresentação do documento de identidade, assumindo a responsabilidade do ônus no caso de descumprimento.

Parágrafo único. No caso de recusa da apresentação do documento de identidade, as empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros poderão negar ou desfazer a venda do produto ou a prestação do serviço anteriormente acordado, ou exigir outra forma de pagamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

E, logo abaixo, a justificativa do PL:

A presente proposição objetiva, primordialmente, garantir a segurança e o patrimônio do cidadão além da lisura e os interesses que envolvem as relações de consumo, pois, infelizmente, hoje se mostra bastante constante a prática de fraudes e outros delitos que envolvem as compras com cartões de crédito e débito em nosso Estado, seja através de clonagens de cartões ou o “comércio” de cartões furtados e roubados de centenas de cidadãos diariamente.

A obrigatoriedade da apresentação de documento de identidade, assim como da assinatura do titular do cartão de crédito ou débito e ainda a anotação do número do RG do titular do cartão representa uma garantia não apenas para o fornecedor, ou seja, o empresário, mas, principalmente, para o consumidor, evitando a realização de despesas indevidas ou em nome de terceiros de forma irregular, arbitrária ou criminosa.

De tal monta, respeitando-se todos os princípios constitucionais e consumeristas que envolvem a matéria em comento, bem como diante das realidades atuais de uma maior fiscalização e cautela nas transações comerciais, é que submeto o presente projeto para análise e votação nas Comissões da Casa e se aprovado, ao plenário.

ANÁLISE PRÉVIA TEXTUAL DO PROJETO

O art. 1º obriga a apresentação de documento de identidade para a realização de qualquer tipo de operação comercial no estado do Rio Grande do Sul cujo meio de pagamento seja cartão de crédito ou débito. O artigo também exige a assinatura do titular do cartão em “faturas, boletos ou extratos de pagamento”. O parágrafo 1º diz que no caso da não-apresentação de documento de

identidade, que poderá se apresentar outro “documento oficial similar com foto” e o parágrafo 2º determina a anotação do referido documento de identidade ou seu similar.

O segundo artigo do PL diz que em caso de descumprimento do artigo anterior, o ônus no caso de descumprimento do artigo 1º seria das “empresas e estabelecimentos comerciais e financeiros que trabalham com cartões de crédito ou débito”. E o parágrafo único permite que tais “empresas e estabelecimentos comerciais” a negação de prestação de serviço, e até mesmo, o cancelamento *a posteriori* da transação, dando a empresa o direito de exigir outra forma de pagamento.

REFUTAÇÃO DO PROJETO DE LEI

O projeto de lei, além de ser extremamente mal-redigido, é um passeio por violações de direitos constitucionais. O projeto, além disso, não cita nenhuma fonte que possa ser verificada por terceiros, aliás, o projeto não traz nenhuma citação para embasar sua teoria.

ANOTAÇÃO DE NÚMERO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO NÃO DIMINUI INCIDÊNCIA DE PROBLEMAS COM CHEQUES

Em 28 de junho de 2000, o Banco Central emite a Circular 2.989, que altera o Modelo-Padrão de Cheque, obrigando a inserção de número do documento de identidade utilizado para abrir a conta. Neste ano, o Bradesco chegou até fazer propagandas dizendo que já emitia cheques com tal número que viria a ser exigido pelo Banco Central. O meu blog analisou os dados e em 30 de janeiro de 2007, um estudo do blog intitulado *Falácia dos Cheques Continua* demonstrou que tal exigência não diminuiu o número de cheques devolvidos, aliás, o número não parou de crescer.

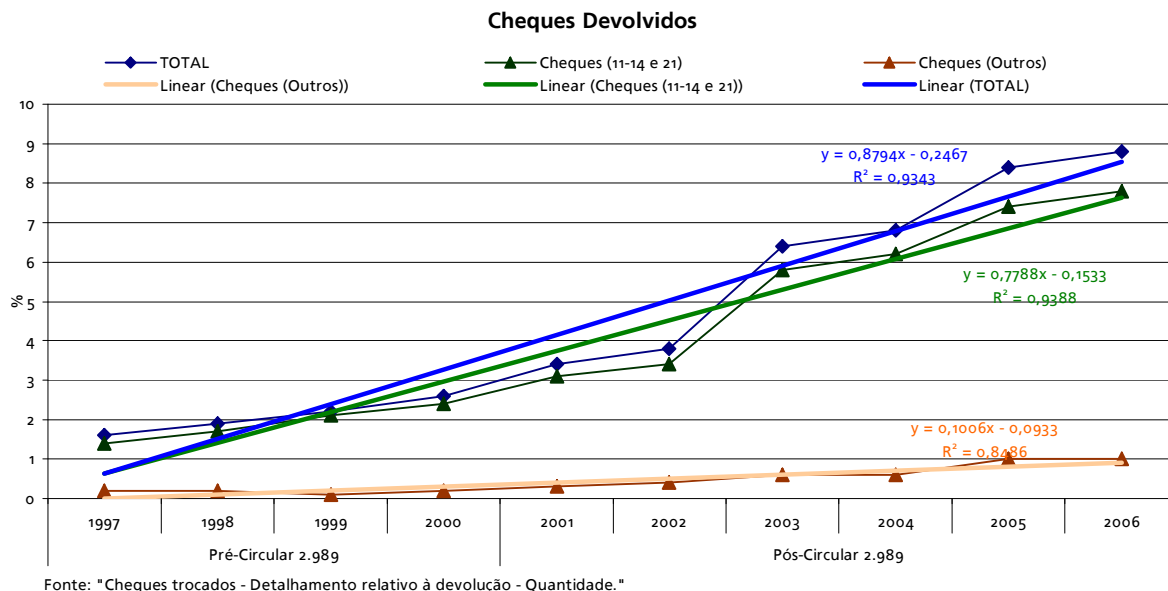
E mesmo não contando com um sistema que permita checar automaticamente saldos nem sua posição perante bancos, como os cartões de crédito e débito possuem, em 2006, cheques sustados representaram um prejuízo¹ de 0,40% do volume total de transações com cheques e cheques roubados corresponderam² a 0,11% (em 2005, foi de 0,13% uma queda de 0,02 p.p. ou 15,38%) do volume total de transações com cheques.

De acordo³ com o Banco Central, o total de cheques que foram devolvidos por razões que não os motivos 11, 12, 13, 14 e 21 foi de 10,1 milhões num universo de 1.709.400.000 de cheques compensados em 2006, ou seja, apenas 0,59% dos cheques emitidos. Em termos de valores, temos R\$ 10,7 bilhões devolvidos por motivos que não os 11, 12, 13, 14 e 21 num universo de cheques compensados de R\$ 984,4 bilhões, ou seja, apenas 1,09% do volume total de cheques compensados.

¹ "Fraudes em cheques cresceram 13% em 2006." *Canal Executivo*. 22 Jan. 2007. 18 Maio 2007
<<http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas07/220120078.htm>>.

² *Id.*

³ "Cheques trocados - Detalhamento relativo à devolução - Quantidade." Banco Central do Brasil. 18 Maio 2007
<http://www.bcb.gov.br/pom/spb/Estatistica/Port/compe_cheque_br.asp?id=spbest>.



O gráfico acima mostra o percentual de cheques devolvidos no volume total de dinheiro movimentado. O gráfico mostra claramente que o volume de cheques devolvidos aumentou em ritmo maior desde a emissão da tal Circular. Assim como aumentou o ritmo de crescimento no volume de cheques devolvidos por outros motivos, que, aí, englobam os motivos 20⁴ (folhas em brancos roubadas, furtadas ou extraviadas após recebimento pelo cliente), 28⁵ (contra-ordem por roubo ou furto) e 35 (cheque fraudado).

LINGUAGEM INCOERENTE E CHEIA DE *LOOPHOLES*

O projeto de lei, além de não ter nenhum tipo de embasamento externo, tem uma linguagem incoerente e com *loopholes* que permitem a continuação de fraudes que o projeto quer "impedir". O projeto simplesmente não define o que é, para efeitos da lei, um "documento de identidade". Ou seja, ninguém sabe o que poderá ser considerado um "documento de identidade"; poderia ser um cartão funcional emitido por uma empresa, um cartão de universidade, um passe estudantil para utilização no transporte público, carteiras estudantis e outros. No caput do art. 1º tem ainda um trecho bastante peculiar que diz que "[deverá constar a] assinatura de seu titular nas faturas, boletos ou extratos de pagamento quando da realização das referidas despesas." Estaria o projeto obrigando os emissores de cartões de crédito e débito a recolherem a assinatura do cliente quando este recebe a fatura mensal do cartão?

Partindo da premissa da obrigatoriedade da assinatura, pelo titular, das faturas mensais dos cartões de crédito (cartões de débito não têm faturas já que a transferência de dinheiro é automática), vamos extrapolar alguns números. Em dezembro de 2005, havia⁶ no Brasil 68 milhões de cartões de crédito e a participação do PIB gaúcho no brasileiro era⁷ de 7,49%. Considerando-se uma relação direta entre o número de cartões de créditos com o PIB, poderíamos

⁴ Brasil. Diretoria Colegiada. Banco Central do Brasil. CIRCULAR 3.050. 2 Ago. 2001. 19 Maio 2007 <<http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=101146591&C=3050&ASS=CIRCULAR+3.050>>.

⁵ Brasil. Diretoria Colegiada. Banco Central do Brasil. CIRCULAR 2.655. 17 Jan. 1996. 19 Maio 2007 <<http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=096013636&C=2655&ASS=CIRCULAR+2.655>>.

⁶ "Indicadores Mensais." Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços. 19 May 2007 <http://www.abecs.org.br/arquivos%20excel/Mensal_2005_Consolidado.pdf>.

⁷ "Participação do PIB do Rio Grande do Sul no do Brasil — 1995-05." Fundação de Economia e Estatística. 19 Maio 2007 <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/pib/estado/tab_estado_desempenho_4.zip>.

dizer que o RS tem em torno de 5.093.200 de cartões de crédito em circulação. Agora, vamos calcular os custos de tal notificação, valendo-se da tabela abaixo:

Tabela 1 – Custos Anuais para Cumprimento do Art. 1º com Relação às Faturas Mensais			
	-25%	Média	+25%
	<i>3.819.900</i>	<i>5.093.200</i>	<i>6.366.550</i>
Aviso de Recebimento (AR) até 20g <i>R\$ 6,10</i>	R\$ 279.616.680	R\$ 372.822.240	R\$ 466.031.460
AR + Mãos Próprias (MP) até 20g <i>R\$ 9,30</i>	R\$ 426.300.840	R\$ 568.401.120	R\$ 710.506.980
Fonte: Correios ⁸ e cálculos do autor			

Isso mesmo, o custo anual para adequar as faturas e boletos de pagamentos dos cartões de crédito varia entre R\$ 280 milhões a inacreditáveis R\$ 710 milhões!

E chegamos ao parágrafo 1º do art. 1º. Tal parágrafo permite a utilização de um “documento oficial similar com foto.” O que seria um documento oficial similar com foto? O que define legalmente tal documento similar? Este documento é similar a que tipo de documento? Como o texto fala explicitamente em foto, poderia o tal “documento de identidade” do caput do art. 1º ser um documento de identidade sem foto.

No parágrafo 2º temos a “cláusula de segurança”. No melhor exemplo de beato fiel da Seita do Identitismo, o PL obriga a anotação do número do documento de identidade no comprovante da transação. O simples fato de anotar números no comprovante não é sinônimo de apresentação do documento de identidade! Mesmo porque o falsário pode muito bem clonar, ou criar, algum tipo de documento de identidade para a realização da transação e também não impede que funcionários mancomunados com o crime se “esqueçam” de anotar tal número. Não existe meio de provar que a pessoa providenciou algum número de identidade que ela legalmente tenha, já que o processo em si é apenas a escrita de números num pedaço de papel.

Diga-se de passagem, esta medida aumenta os riscos de roubo de identidade, já que no descarte destes comprovantes estarão dados preciosos para bandidos querendo assumir ilegalmente a identidade alheia. Tanto é verdade a Visa do Brasil não imprime⁹ mais o número completo do cartão de crédito ou débito, numa tentativa de impedir que pessoas maliciosas tenham a chance de usar de forma indevida o número do cartão de crédito do cliente. Tal medida também é requerida pela MasterCard obriga o truncamento¹⁰ de todos os números do cartão que não os 4 últimos, como medida de segurança.

Já na Califórnia, o direito à privacidade dos usuários de cartões de crédito está a salvo graças a Seção 1748.08(a) do Código Civil da Califórnia, que proíbe a anotação de dados pessoais no comprovante da transação ou outro papel qualquer. Abaixo, a transcrição da Seção:

1747.08. (a) Except as provided in subdivision (c), no person, firm, partnership, association, or corporation that accepts credit cards for the transaction of business shall do any of the following:

(1) Request, or require as a condition to accepting the credit card as payment in full or in part for goods or services, the cardholder to write any personal identification information upon the credit card transaction form or otherwise.

(2) Request, or require as a condition to accepting the credit card as payment in full or in part for goods or services, the cardholder to provide personal identification information, which the person, firm, partnership, association, or corporation

⁸ "Carta Comercial e Impresso Urgente." 9 Mar. 2007. Correios. 19 Maio 2007

<http://www.correios.com.br/servicos/precos_tarifas/nacionais/tarifas_nac.cfm>.

⁹ "Novo comprovante Visa." Visa do Brasil. 19 Maio 2007 <<http://www.visa.com.br/Conteudo.asp?pg=204>>.

¹⁰ "Medidas de segurança essenciais e opcionais para estabelecimentos." MasterCard in Brazil. 2003. 20 Maio 2007 <http://www.mastercard.com/br/merchant/pt/security/what_can_do/getting_started.html>.

accepting the credit card writes, causes to be written, or otherwise records upon the credit card transaction form or otherwise.

(3) Utilize, in any credit card transaction, a credit card form which contains preprinted spaces specifically designated for filling in any personal identification information of the cardholder.

(b) For purposes of this section "personal identification information," means information concerning the cardholder, other than information set forth on the credit card, and including, but not limited to, the cardholder's address and telephone number.

A mesma seção garante ao Procurador-Geral de Justiça, promotores distritais ou municipais o direito de entrar com ações civis contra o estabelecimento que exigir tal comportamento por parte dos portadores de cartões de crédito, tal como está definido nas subdivisões (e) e (f) da seção 1748.08:

(e) Any person who violates this section shall be subject to a **civil** penalty not to exceed two hundred fifty dollars (\$250) for the first violation and one thousand dollars (\$1,000) for each subsequent violation, to be assessed and collected in a **civil** action brought by the person paying with a credit card, by the Attorney General, or by the district attorney or city attorney of the county or city in which the violation occurred. However, no **civil** penalty shall be assessed for a violation of this section if the defendant shows by a preponderance of the evidence that the violation was not intentional and resulted from a bona fide error made notwithstanding the defendant's maintenance of procedures reasonably adopted to avoid that error. When collected, the **civil** penalty shall be payable, as appropriate, to the person paying with a credit card who brought the action, or to the general fund of whichever governmental entity brought the action to assess the **civil** penalty.

(f) The Attorney General, or any district attorney or city attorney within his or her respective jurisdiction, may bring an action in the superior court in the name of the people of the State of California to enjoin violation of subdivision (a) and, upon notice to the defendant of not less than five days, to temporarily restrain and enjoin the violation. If it appears to the satisfaction of the court that the defendant has, in fact, violated subdivision (a), the court may issue an injunction restraining further violations, without requiring proof that any person has been damaged by the violation. In these proceedings, if the court finds that the defendant has violated subdivision (a), the court may direct the defendant to pay any or all costs incurred by the Attorney General, district attorney, or city attorney in seeking or obtaining injunctive relief pursuant to this subdivision.

Num estado realmente preocupado com seus concidadãos, quem pede para cliente anotar dados pessoais em comprovantes de transação de cartões de crédito recebe uma multa de até US\$ 250 na primeira ocorrência e de até US\$ 1,000 nas subseqüentes. Além disso, a lei californiana permite que o promotor entre com um mandado de segurança proibindo o comerciante de pedir tais dados e faz o comerciante, em caso de julgamento desfavorável, pagar todas as custas processuais.

Outro ponto de incongruência no projeto é fato deste exigir que o titular assinasse a papelada supracitada. Ora, e se a pessoa que está realizando a transação for um dependente do titular? Teria que se apresentar algum tipo de documento de identidade do titular, e quem sabe também, do dependente? E nos casos de utilização de cartões de crédito ou débito corporativos? Teria que se apresentar os documentos de identidade dos proprietários da firma? E no caso de ser uma empresa com inúmeros sócios, quem sabe listada em bolsa.

O PL também cria problemas sérios para transações *card-not-present* (CNP), seja por meio da Internet, telefone ou outros em que não há contato físico entre o portador do cartão e o aceitador do mesmo. O projeto exige a assinatura do portador do cartão e a consignação de algum número

de documento de identidade (como se o número do cartão ou mesmo o nome do portador não fossem elementos identificadores) em todas as transações sem distinção de ser uma transação no mundo real ou CNP. O projeto também não especifica se nestes casos vale o fato do cartão ser emitido no Rio Grande do Sul, do portador do cartão estar no estado no momento de efetivação da compra, do aceitador do cartão estar estabelecido no RS ou da compra ser processada em território gaúcho.

Para que as transações CNP sejam concluídas teriam que os clientes irem até as empresas e consignar algum documento de identidade, desvirtuando o espírito de tais transações. Ou então, o cliente deveria mandar alguma cópia de algum documento de identidade para o fornecedor virtual. Só que isto não diminui o risco de fraudes, já que simplesmente não é possível fazer uma cadeia de custódia demonstrando que o cliente realmente forneceu uma cópia fiel de um documento de identidade legítimo que o identifique. Então, se exigira, por exemplo, que fosse uma cópia autenticada em cartório ou por meio semelhante? O que mataria todo o *e-commerce* sem acabar com as fraudes.

MEDIDA SEMELHANTE FOI REJEITADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No dia 5 de abril de 2005, o então deputado federal Cabo Júlio (PMDB-MG) apresentou perante o Plenário da Câmara, o Projeto de Lei 5004/2005, que pretendia “[instituir] a obrigatoriedade de apresentação de documento oficial de identificação na realização de pagamentos com cartões de crédito e de débito” como dizia a ementa do PL. 22 dias depois (27 de abril), o projeto teve designado o então deputado Gerson Gabrielli (DEM-BA) para relatá-lo na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). No dia 9 de junho do mesmo ano, Gabrielli emite o parecer pedindo a rejeição do PL.

O parecer de Gabrielli foi direto ao ponto, dizendo que o Estado não pode se imiscuir numa relação de confiança entre emissor, portador e aceitador de cartões de crédito. E por fim, Gabrielli atesta corretamente quem se beneficiaria se o PL se transformasse em norma jurídica dizendo que “as complicações adicionais a serem criadas, caso a proposição seja aprovada, apenas beneficiarão aqueles consumidores finais de má fé.” O relatório de Gabrielli foi aprovado na CDEIC no dia 5 de outubro de 2005.

Em 19 de outubro, a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) designou o então deputado Antonio Cambraia (PSDB-CE) como relator do PL na CFT. Cambraia, por sua vez, destacou a resistência que portadores de cartão de crédito ou débito têm em se “identificar”, uma vez que tal pedido configura igualar o portador a um criminoso e que o uso indevido de cartões se deve ou por meio de seqüestros-relâmpagos ou por fraudes na Internet, como o *phishing*. Cambraia faz uma declaração muito interessante, e crucial para entender a bizarrice do PL:

A não apresentação do documento de identidade não significa, necessariamente, tentativa de fraude. O titular pode usar carteiras diferentes para meios de pagamentos e para documentos, e ter esquecido a de documentos. (grifo meu)

A melhor frase que já tinha escutado sobre o projeto. E para finalizar a rejeição ao PL, Cambraia solta um parágrafo arrasador:

Mesmo sem dados fáticos, ousamos afirmar que os casos de esquecimento seriam muito mais freqüentes que as tentativas de uso fraudulento de cartão, sem documentos de identificação. Por outro lado, o uso de cartão roubado, furtado ou extraviado com a apresentação de documento falso não poderia ser detectada pelo lojista ou por seu empregado. No nosso entendimento as anotações que o projeto de lei pretende tornar obrigatória não alcançariam o efeito desejado de diminuir as fraudes, já que estas tendem, cada vez mais, a ser cometidas em compras pela internet e por telefone. Ademais, o projeto de lei pretende modificar o comportamento arraigado contra a identificação, presente entre os consumidores,

sem estabelecer penalidade ou fiscalização. Por sua vez, o lojista dificilmente deixaria de realizar as vendas autorizadas pela empresa emissora a todos os compradores sem identidade, deixando de funcionar como impositor indireto da apresentação do documento de identificação. Lei como a pretendida nesta proposição seria ignorada pelo comércio e pelos titulares de cartões de crédito e de débito.

Em resumo, o PL nada mais é do que desperdício do dinheiro do contribuinte para discutir algo que certamente não pegaria e que só beneficiaria as pessoas de má-fé.

O SR. GOMES NÃO DEVE TER LIDO O CONTRATO DE SUA *TARJETA*

Um dos problemas freqüentemente citados no Brasil é a falta de segurança jurídica. O Brasil não tem uma tradição séria de respeito a contratos de qualquer tipo; basta ler o *2007 Index of Economic Freedom* e ver que a média do Brasil é apenas de 50%. O projeto faz tábua rasa dos contratos de emissão de cartões de crédito. Abaixo, uma tabela com os termos contratuais dos mais importantes emissores de cartões de crédito e débito no Brasil:

Tabela 2 – Análise de Contratos de Emissão de Cartões de Crédito e Débito				
Emissor	Bandeiras	Cláusula de Identificação	Cláusula de Autenticação	Cláusula de Responsabilidade
American Express	<i>Green</i>	2.1. O Associado poderá utilizar o Cartão como meio de pagamento para aquisição de bens e/ou serviços nos estabelecimentos comerciais afiliados ao Sistema de Cartões American Express ("Sistema"), no Brasil ou no exterior, sempre que permitido pela legislação em vigor.	2.4. O Associado deverá assinar as Notas de Despesas representativas das Despesas efetuadas nos estabelecimentos afiliados à American Express.	5.2. O Associado será responsável por todas as despesas constantes no Extrato referentes ao Cartão do Associado e dos Associados Adicionais, mesmo quando realizadas por terceiros com permissão do Associado, infringindo o disposto neste Contrato.
ABN AMRO Real	Visa, MasterCard	5.2. O Cartão será apresentado aos filiados pelo Titular e/ou Adicional(is), que assinarão os comprovantes de venda das transações, recebendo uma das vias.		5.13. O Titular e/ou Adicional(is) obrigam-se a informar ao Emissor, a PERDA, ROUBO, FURTO ou EXTRAVIO do Cartão, imediatamente após a ocorrência. O Titular responderá, para todos os fins de direito, pelo uso indevido do cartão, inclusive do(s) Adicional(is), que terceiros

				<p>haja feito ou venham a fazer, até o exato momento da comunicação, mesmo em se tratando de Cartão que já tenha sido cancelado pelo Emissor, porém não restituído ou devidamente incinerado.</p>
Banrisul	<p>Visa, MasterCard</p>	<p>2. O(s) cartão(ões) poderá(ão) ser utilizado(s) em compras junto aos ESTABELECIMENTOS filiados ao SISTEMA VISA ou o SISTEMA MASTERCARD, no Brasil ou no Exterior para saques em dinheiro e outras transações do SISTEMA VISA ou SISTEMA MASTERCARD e decorrentes de convênios firmados com terceiros.</p>	<p>3. Nenhuma transação em ESTABELECIMENTOS será feita sem autorização do TITULAR ou do ADICIONAL, que deverá assinar comprovante respectivo. A assinatura poderá ser substituída:</p> <p>a) pelo uso da senha eletrônica, fornecida apenas ao TITULAR e ADICIONAL(IS);</p> <p>b) em caso de vendas por telefone, pela indicação do número do cartão e data de validade.</p>	<p>8. Em caso de perda, roubo ou furto do(s) cartão(ões), mesmo que vencido(s) ou cancelado(s), o TITULAR deverá comunicar imediatamente o fato à ADMINISTRADORA, fornecendo elementos esclarecedores, para que esta possa tomar as medidas necessárias a fim de evitar sua utilização por terceiros. Também é obrigação do TITULAR avisar a ADMINISTRADORA caso suspeite que o mesmo esteja sendo usado indevidamente por terceiros. A partir do momento da comunicação, o número da conta do TITULAR será inserido no Boletim de Cancelamento e a utilização indevida não será mais de sua responsabilidade.</p>

Banco do Brasil	Visa, MasterCard	<p>8. Para aquisição de bens e serviços, o TITULAR ou ADICIONAL(IS) deverá(ão) apresentar o CARTÃO aos AFILIADOS, assinar os comprovantes de compra de bens e serviços e receber uma das vias. As operações poderão ser realizadas em equipamentos eletrônicos ou mecânicos, com a aposição de ASSINATURA ELETRÔNICA OU ASSINATURA DE PRÓPRIO PUNHO, a depender do equipamento.</p>		<p>14. Após o recebimento e liberação do CARTÃO, inclusive o ADICIONAL, sua guarda, conservação, uso, bem como o sigilo da SENHA e a imediata comunicação ao BANCO DO BRASIL de eventual furto, roubo, perda e/ou extravio do(s) CARTÃO(ÕES) são de responsabilidade única e exclusiva do TITULAR do CARTÃO e, em se tratando de TITULAR MENOR, do RESPONSÁVEL LEGAL.</p> <p>14.1 A negligência quanto à responsabilidade prevista na Cláusula 14, implicará imputação, ao TITULAR, dos gastos referentes à aquisição de bens, serviços e/ou saques em dinheiro, efetuados no período anterior à comunicação ao BANCO DO BRASIL S.A.</p>
Caixa Econômica Federal	Visa, MasterCard	<p>8.1 O PORTADOR apresentará o CARTÃO aos ESTABELECIMENTOS e firmará comprovantes de aquisição de bens e/ou serviços, emitidos por sistema manual ou eletrônico, nos quais</p>	<p>8.2 A assinatura nos comprovantes e/ou o uso da senha privativa (individual) pelo PORTADOR implica sua manifestação inequívoca de vontade, bem como a plena aceitação das obrigações decorrentes</p>	<p>5.1 Os PORTADORES obrigam-se a informar à EMISSORA o extravio, o furto ou o roubo do CARTÃO, imediatamente após a ocorrência, respondendo, até o</p>

		sempre deverá constar o total das despesas efetuadas. Uma via desses comprovantes será fornecida ao PORTADOR para controle de suas despesas.	do uso do CARTÃO.	momento da comunicação, pelo uso indevido do CARTÃO por terceiros. A partir da obtenção do código comprobatório dessa comunicação, fornecido pela EMISSORA, o TITULAR se exonera da responsabilidade civil pelo uso fraudulento do CARTÃO por terceiros, hipótese em que as eventuais perdas ocorridas, a partir do momento da comunicação, serão assumidas totalmente pela EMISSORA.
Citibank	Visa, MasterCard	4.2. O TITULAR apresentará o CARTÃO aos ESTABELECIMENTOS e/ou as franquias e suas respectivas REDES ASSOCIADAS e demais bancos associados a essas redes, e firmará os comprovantes de aquisição de bens e/ou serviços, emitidos por sistema manual ou eletrônico, nos quais sempre deverá constar o valor total das despesas efetuadas. Uma via desses comprovantes será fornecida ao TITULAR para controle de suas despesas.	4.3. A assinatura nos comprovantes e/ou uso da senha privativa (individual) pelo TITULAR e PORTADORES ADICIONAIS implica sua manifestação inequívoca de vontade, bem como a plena aceitação das obrigações decorrentes do uso do CARTÃO.	6.1. O TITULAR e os PORTADORES ADICIONAIS obrigam-se a informar ao CITIBANK o extravio, furto ou roubo do CARTÃO, imediatamente após a ocorrência, respondendo, até o momento da comunicação, pelo uso indevido do CARTÃO por terceiros. A partir da obtenção do código comprobatório dessa comunicação, o TITULAR se exonera da responsabilidade civil, decorrente do uso fraudulento do CARTÃO por

				terceiros, hipótese em que as eventuais perdas ocorridas, a partir da data da comunicação, serão assumidas totalmente pelo CITIBANK.
HSBC	AMEX, Visa, MasterCard	7. O Cartão poderá ser utilizado em compras junto aos estabelecimentos afiliados aos sistemas American Express, MasterCard ou Visa, para saque de dinheiro e outras transações do Sistema de Cartões, decorrentes de Convênios firmados com terceiros.	8. Nenhuma transação em estabelecimentos afiliados será feita sem autorização do Titular ou do Adicional, que deverão assinar os comprovantes respectivos. A assinatura poderá ser substituída: a) pelo uso da senha eletrônica de conhecimento exclusivo de Titular e Adicional; b) em caso de vendas por telefone, pela indicação do número do Cartão e data de validade. Nem todos os estabelecimentos estão autorizados a efetuar transações com senha ou por telefone.	16. Em caso de perda, roubo ou furto do Cartão, mesmo que vencido ou cancelado, o Titular ou o Adicional deverá comunicar imediatamente o fato ao Emissor, fornecendo elementos esclarecedores, para que este possa tomar as medidas necessárias a fim de evitar sua utilização por terceiros. Também é obrigação do Titular e do Adicional avisar o Emissor caso suspeitem que o Cartão está sendo utilizado indevidamente por terceiros. A partir do momento da comunicação, o número da Conta do Titular será inserido no Boletim de Cancelamento e a utilização indevida não será mais de sua responsabilidade

				e.
--	--	--	--	----

A assertiva do art. 2º do projeto em transferir o “ônus” para o comerciante em caso de descumprimento do artigo anterior é inócua, já que os contratos de emissão de cartões de crédito e débito já responsabilizam o portador do cartão até o exato momento da comunicação da perda, roubo ou furto do plástico, já que a identificação do portador se dá exclusivamente pela apresentação do plástico na hora da compra, ou do envio do número do cartão mais alguns dados adicionais como data de validade, código de segurança em determinadas situações. E para autenticar o usuário, há a assinatura, que é um autenticador biométrico¹¹, e a senha, que é um autenticador personalíssimo. E esta interpretação é confirmada pelo Recurso Especial 417835 do Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa é a seguinte:

CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SAQUE EM CONTA CORRENTE MEDIANTE USO DE CARTÃO MAGNÉTICO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ÔNUS DA PROVA. EXTENSÃO INDEVIDA. CPC, ART. 333, I.

I. Extraída da conta corrente do cliente determinada importância por intermédio de uso de cartão magnético e senha pessoal, basta ao estabelecimento bancário provar tal fato, de modo a demonstrar que não agiu com culpa, incumbindo à autora, em contrapartida, comprovar a negligência, imperícia ou imprudência do réu na entrega do numerário.

II. Recurso especial conhecido e provido, para julgar improcedente a ação.

A ementa é clara ao dizer que deve ser o cliente a parte que tem que provar o uso indevido do cartão. Outro aspecto interessante da ementa é o trecho “CIVIL E PROCESSUAL”, o que nos deixa a questão da competência da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Esta decisão do STJ vem confirmar o art. 22, inciso I da Constituição federal que diz que:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Tudo isso nos leva a crer que tal lei, independentemente da falta de mérito, é totalmente inconstitucional, sendo que não gera nenhum efeito mesmo que venha a ser sancionada. Isso poderá levar consumidores que se sentirem incomodados com a execução de tal lei a entrarem com ações de danos morais contra os estabelecimentos comerciais, criando assim mais um custo para os consumidores sem que haja redução no número de fraudes com cartões de crédito ou débito.

O parágrafo único do art. 2º vem a confirmar a teoria que o PL é inconstitucional por violar competência privativa da União, já que o mesmo permite ao estabelecimento comercial ou financeiro “desfazer a venda do produto ou a prestação do serviço anteriormente acordado”, ou seja, o PL é uma verdadeira licença para desfazer contratos.

MEDIDAS REAIS PARA DIMINUIÇÃO DE EVENTOS ILÍCITOS

Este blog então cita algumas medidas que realmente funcionam contra a redução de uso fraudulento de cartões de crédito ou débito, sem que isso seja acompanhado de medidas que transformam usuários legítimos em suspeitos de fraude até que eles provem o contrário.

IMPRESSÃO DE FOTO E ASSINATURA DIGITALIZADAS DO PORTADOR

A impressão de uma fotografia e da assinatura autorizada do portador do cartão é uma medida simples de ser implementada e garante uma autenticação mais segura do usuário. A fotografia dá mais um elemento de autenticação biométrica que qualquer pessoa poderá verificar, sendo que tal fotografia seria renovada a cada nova emissão de cartão, acompanhando as mudanças da face do

¹¹ "Signature." Wikipedia, The Free Encyclopedia. 20 Maio 2007, 09:28 UTC. Wikimedia Foundation, Inc. 20 Maio 2007 <<http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Signature&oldid=132184518>>.

portador. Além disso, tentativas de adulteração da fotografia ou da assinatura no cartão deixariam marcas que seriam facilmente visíveis ao aceitador do cartão, que poderia, então, tomar medidas adicionais de segurança ou mesmo rejeitar o cartão.

UTILIZAÇÃO DE CARTÕES COM CHIP

O maior avanço, atualmente, em termos de cartões de crédito e débito são os cartões com chip. O chip contém¹² as informações do cartão de crédito só que estes dados são protegidos por criptografia e a autenticação do usuário se dá por meio de senha pessoal. O primeiro cartão de crédito com chip no Brasil foi emitido¹³ pelo Bradesco em 1999, sendo que os testes com chip começaram em 1996.

Um exemplo de como a utilização de cartões com chip vem diminuindo fraudes é o Reino Unido. Com a implantação progressiva de cartões de crédito com chip, o Reino Unido viu diminuir, pela primeira vez, o volume total de fraudes com cartões de crédito passando de £504.8 milhões¹⁴ (R\$ 1,958 bilhão) em 2004 (85,71% dos portadores¹⁵ com cartões com chip) para £439.4 milhões¹⁶ (R\$ 1,704 bilhão) em 2005 (praticamente todos portando¹⁷ cartões com chip).

REDES NEURAIS

Outro método eficiente é a utilização de redes neurais, que são definidas pela *Wikipédia*¹⁸ como:

[S]istemas computacionais baseados numa aproximação à computação baseada em ligações. Nós simples (ou "neurões", "neurônios", "processadores" ou "unidades") são interligados para formar uma rede de nós - daí o termo "rede neuronal".

As redes neurais constroem perfis de compras e de usuários de acordo com os padrões de compras de portadores de cartão de crédito. Tendo estas informações em rede, cria-se "escores de fraude" para determinar o risco da transação. A Visa do Brasil foi pioneira¹⁹ na utilização deste sistema em todo o mundo Visa, com economia de US\$ 20 milhões em fraudes.

¹² "EMV." *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. 14 Maio 2007, 14:13 UTC. Wikimedia Foundation, Inc. 20 Maio 2007 <<http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=EMV&oldid=130780963>>.

¹³ Teich, Daniel H. "Visa aposta no chip para crescer." *Link*. 31 Ago. 2005. 20 Maio 2007 <http://www.link.estadao.com.br/index.cfm?id_conteudo=4764>.

¹⁴ "The cost of card fraud." *CardWatch*. APACS. 20 Maio 2007 <http://www.cardwatch.org.uk/default.asp?sectionid=5&pageid=123&Title=Cost_Of_Card_Fraud>.

¹⁵ "Chip and PIN Barometer." *Chip and PIN*. 20 Maio 2007 <http://www.chipandpin.co.uk/reflib/super_barometer_2004.pdf>.

¹⁶ "The cost of card fraud."

¹⁷ "Chip and PIN Barometer July 2005." *Chip and PIN*. 20 Maio 2007 <http://www.chipandpin.co.uk/reflib/fastfacts_aug_2005.pdf>.

¹⁸ "Rede neural." *Wikipédia, a enciclopédia livre*. 26 Abr 2007, 17:49 UTC. 20 Maio 2007, 13:56 <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Rede_neural&oldid=5815755>.

¹⁹ Sposito, Rosa. "Fraude? É Com a Rede Neural." *Info CORPORATE* Dez. 2002. 20 Maio 2007 <<http://info.abril.com.br/corporate/corp01/estudodecaso.html>>.

OUTROS ESTUDOS DO BLOG

1. "NÚMERO DE CHEQUE SEM FUNDOS NÃO CAI APÓS EXIGÊNCIA DE IMPRESSÃO DE NÚMEROS DE IDENTIDADE NO CHEQUE (2006-1)." 03 Mar 2006.
2. "Maioria das Delegacias Virtuais Exigem Documentos de Identificação". 17 Jun 2006
3. "UM PROJETO AUTORITÁRIO TRAVESTIDO DE 'PROTEÇÃO À PRIVACIDADE'". 09 Jul 2006.
4. "Vai pra Cuba, Senador Azeredo." 11 Nov 2006.
5. "Falácia dos Cheques Continua." 30 Jan 2007.

DESCRIÇÃO DO BLOG

“Não Sou Um Número” é o primeiro blog brasileiro destinado exclusivamente à privacidade, especialmente documentos de identidade. O blog é editado por Rodrigo Veleda de Porto Alegre, RS e tem uma versão em inglês, “I’m Not a Number” no endereço <<http://iamnotanumber-br.blogspot.com>>. A linha editorial do Blog preza pelas liberdades individuais, é pró-mercado e anti-intervenção estatal.